

Frangos prejudicam Maluf mais do que os precatórios

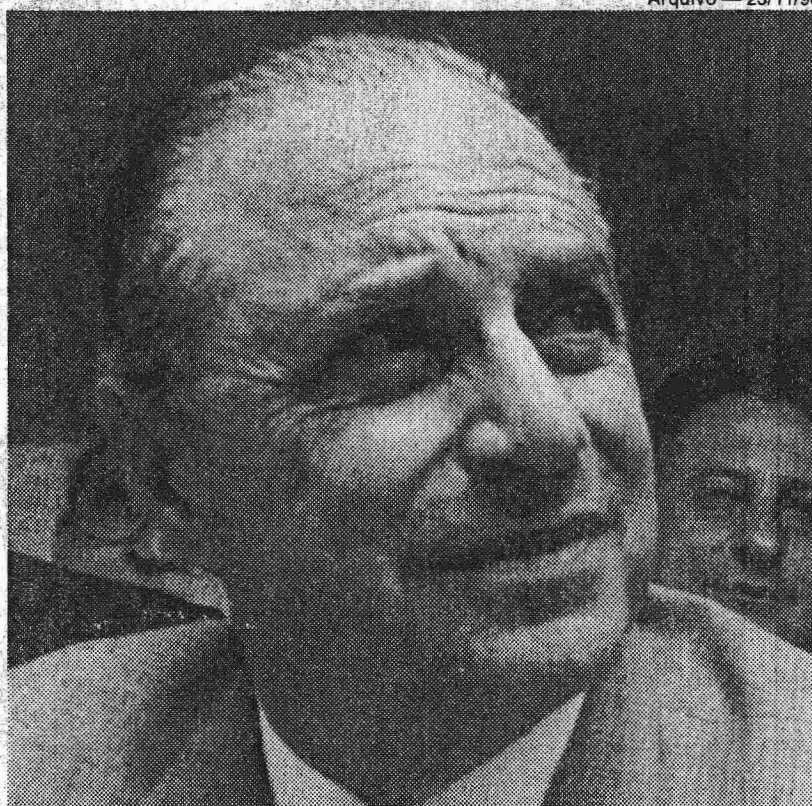
■ Ex-prefeito viaja e Pitta não consegue explicar o comércio de aves com a prefeitura

LAURA GREENHALGH

SÃO PAULO — A vinculação do ex-prefeito Paulo Maluf com o comércio de aves talvez possa lhe render maiores atropelos do que as transações com títulos públicos, nas quais estaria envolvido. Esta é uma opinião corrente entre políticos e representantes do Ministério Público em São Paulo. E o motivo chega a ser banal: entre frangos e precatórios, a opinião pública identifica-se com os primeiros. E acompanha, com maior interesse, denúncias que começam em granjas, mas podem terminar em paraísos fiscais. Em sucessivas viagens pelo exterior, o ex-prefeito terminou repassando a Celso Pitta, seu sucessor e afilhado político, uma missão inglória: justificar como empresas ligadas ao clã malufista ganharam fortunas vendendo cortes de frango para escolas e creches da prefeitura de São Paulo.

Comissão — Cercado por denúncias e atolado em sua própria administração, Pitta defende-se como pode no caso dos frangos. Amanhã, estará divulgando, através da Secretaria dos Negócios Jurídicos, as conclusões de uma comissão que analisou as vinculações entre a prefeitura paulista e empresas dirigidas pela mulher, pela filha, pelo cunhado e por sobrinhos de Maluf. A primeira-dama Nicéa Pitta, segundo suas próprias declarações, também atuou no ramo.

A sindicância de Pitta durou exatos dez dias, em clima de sigilo. Pouco foi divulgado sobre quem são e o que fazem seus integrantes e que tipo de diligências teriam encaminhado. Sem adiantar as conclu-



Maluf tinha muitos parentes no setor avícola negociando com município

sões do relatório final, assessores de Pitta acreditam que a comissão conseguirá elucidar este caso complexo, cujas repercussões vão das piadas sobre galináceos à indignação popular. Mas as previsões podem não se concretizar. No final da semana, vereadores paulistas, inclusive alguns ligados a Pitta, avaliavam que a comissão do prefeito não será capaz de calar a boataria e colocar um ponto final na história.

Os "frangos" já se instalaram no Judiciário. O Ministério Público, que vinha investigando as denúncias na área cível, resolveu partir para a área criminal. No final da

semana passada, o procurador-geral da Justiça em São Paulo, Luís Antônio Marrey, solicitou cópia de todos os documentos que estavam em posse da Promotoria de Justiça da Cidadania. Também nomeou um grupo de 10 procuradores para investigar a possibilidade de crimes terem sido cometidos na transação entre a prefeitura e as empresas. "Estes procuradores estão diretamente ligados ao meu gabinete. Caso haja necessidade, deverão solicitar depoimentos e investigações", afirmou o procurador-geral. O cerco ao caso dos frangos também está sendo reforçado pela Re-

ceita Federal e pela Secretaria da Fazenda, que realizam investigações na área fiscal, envolvendo tanto a Ad'Oro quanto a Obelisco.

Família — A concentração de familiares e amigos de Maluf, atuando juntos no setor avícola e negociando com o município quando este era o prefeito, levou a Justiça a interessar-se por certas conexões. Há suspeitas de licitações fraudulentas, supostamente facilitadas por Marcelo Ferreira Daura, diretor do Departamento de Materiais (Demat), onde estão centralizadas as compras da prefeitura. Daura foi casado com uma sobrinha do ex-prefeito de São Paulo e trabalhou na Eucatex, empresa da família de Maluf. Outros pontos de interesse: os elos entre a empresa Ad'Oro, com sede em São Paulo, e a Inversora Rineos, com sede no Uruguai. Sabe-se que advogados brasileiros representam as duas empresas. Mais uma coincidência: a Rineos Empreendimentos Ltda, subsidiária da empresa uruguaia, funciona no mesmo prédio da Ad'Oro, na capital paulista.

Da mesma forma, está sendo investigada a empresa AIM, representante comercial da Ad'Oro e da Frigobrás (do grupo Sadia) nas licitações com a prefeitura. Esta empresa deu origem à Bardsey Holdings, com sede nas Ilhas Virgens britânicas, como já apuraram representantes do Ministério Público. Estas conexões, que levam a paraísos fiscais, sugerem um provável esquema de lavagem de dinheiro que, se comprovado, complicaria de vez a situação do ex-prefeito e muitos de seus aliados.

Arquivo — 23/11/96